

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO, PARA OFERTA PÚBLICA, DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS DE EMISSÃO DA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ

Pelo presente instrumento particular e melhor forma de direito, as partes adiante qualificadas, representadas na forma de seus respectivos atos constitutivos:

- A. Como **EMISSORA**, e doravante assim designada, **S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ**, com sede na Rua Marechal Bormann, nº 1.395E, 1º andar, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrita no C.G.C.M.F. sob nº 83.296.889/0001-23,
- B. Como **AGENTE FIDUCIÁRIO**, e doravante assim designado, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida das Américas nº 1.155, grupo 1.301, Barra da Tijuca, inscrita no C.G.C.M.F. sob o nº 36.113.876/0001-91.

vêm celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

I. DA AUTORIZAÇÃO E DOS REQUISITOS

- 1.01. A celebração da presente Escritura foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da **EMISSORA**, realizada em 30.11.1995, cuja respectiva Ata será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, e publicada conforme as determinações legais pertinentes.
- 1.02. A presente emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada simplesmente **CVM**, na forma das Leis nºs 6.385/76 e 6.404/76, bem como demais disposições legais e regulamentares pertinentes.
- 1.03. Esta Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó.

II. DAS DEFINIÇÕES

- 2.01. Na presente Escritura, cada um dos termos a seguir relacionados terá o significado que lhe é adiante respectivamente atribuído, exceto quando o contexto em que for ele empregado lhe exija a atribuição de sentido diverso:

(a) **"AÇÕES"** significam ações ordinárias e/ou preferenciais emitidas pela **EMISSORA**, originárias da conversão, total ou parcial, das debêntures

objeto das 1ª, 2ª, 3ª e/ou 4ª Séries, conforme o caso, conversão essa efetuada de acordo com a **Opção de Conversão**;

- (b) “**Banco Mandatário**” significa o banco comercial ou múltiplo ao qual caberá transferir, fiduciariamente, para o nome da **Central de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP**, as debêntures a serem depositadas pelos participantes, transferir para o nome dos participantes as debêntures a serem retiradas do sistema, bem como operacionalizar o exercício dos direitos relativos às debêntures registradas no sistema. Para os fins desta escritura, o Banco Mandatário será originalmente o **BANCO ITAÚ S.A.**, ou outro que venha a **EMISSORA** posteriormente a indicar;
- (c) “**Capital Social**” significa o número total de ações ordinárias e preferenciais emitidas pela **EMISSORA**, na data imediatamente precedente à **Data de Exercício**;
- (d) “**Central de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP**” representa a parte operacional do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional de Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA, onde serão registradas as debêntures de 1ª, 2ª e 3ª séries desta emissão;
- (e) “**Certificado de Registro**” significa o documento emitido pelo **Banco Central**, aprovando os termos e condições das debêntures de 4ª série, tal como previstos nesta Escritura, incluindo, de forma não exaustiva, os termos da **Opção de Conversão**;
- (f) “**Contrato de Garantia Firme e de Melhores Esforços**” significa o contrato, firmado entre a **EMISSORA** e instituições financeiras credenciadas a operar no mercado de capitais, que disciplina os procedimentos a serem utilizados na colocação pública das debêntures, objeto da presente emissão;
- (g) “**Data de Determinação dos Juros**” significará, em qualquer **Período de Capitalização**, o **Dia Útil** imediatamente anterior ao início de tal período de capitalização;
- (h) “**Data de Exercício**” significa a data em que enviar o debenturista à **EMISSORA** a **Solicitação de Conversão**;
- (i) “**Data de Fechamento**” significa a data em que emitir a **EMISSORA** em nome do debenturista, novas **AÇÕES**, resultantes da conversão total ou parcial das debêntures.
- (j) “**Data de Pagamento de Juros**” significa o dia 01 de dezembro de cada ano, para as debêntures de todas as séries;
- (k) “**Dia Útil**” significa um dia em que bancos estejam abertos para negócios nas Cidades de Nova Iorque e São Paulo, e, para os fins da definição de **Data de Determinação dos Juros**, também abertos para negócios no Mercado Interbancário de Eurodólares, em Londres, Inglaterra na data de pagamento dos “**Rendimentos**”;

- (l) “**Dólares**” e a sigla “**US\$**” significam Dólares dos Estados Unidos da América;
- (m) “**Reais**” e a sigla “**R\$**”, significam Reais ou outra denominação que, em caso de mudança no padrão monetário, vier a ser adotada pela legislação brasileira para a moeda corrente nacional;
- (n) “**Opção de Conversão**” significa o direito outorgado ao debenturista de solicitar à **EMISSORA** que proceda a conversão de suas debêntures em **AÇÕES**, na forma prevista no artigo 3.07.2.1.;
- (o) “**Período de Capitalização**” significa, para as debêntures de todas as séries, o período em que se efetua o cálculo de seus Rendimentos. Entende-se como o primeiro **Período de Capitalização** das debêntures de todas as séries, aquele com início na data de emissão e até a data do primeiro pagamento de seus Rendimentos. Entendem-se como os demais **Períodos de Capitalização** das debêntures, como sendo aqueles com início na data do último pagamento dos **Rendimentos** das debêntures de cada uma das séries e até a data de pagamento de **Rendimentos** subsequentes;
- (p) “**Período de Subscrição Pública**” significa o período estabelecido pelo **Contrato de Garantia Firme e de Melhores Esforços**, através do qual serão as debêntures objeto de oferta pública para subscrição;
- (q) “**Preço de Exercício**” significa o preço por ação, sobre o qual far-se-á o cálculo da conversão de cada debênture, conforme previsto nos artigos 4.10, 5.10, 6.08, 7.07, e, ainda, 3.07.3 e 3.07.4.
- (r) “**Rendimentos**” significam os juros e prêmio devidos às debêntures das 1ª e 2ª séries, e os juros devidos às debêntures das 3ª e 4ª séries, a cada Período de Capitalização;
- (s) “**Reuters Screen LIBO Page**” significa a oferta de taxas interbancárias em Londres (comumente conhecida como ‘LIBOR’) por bancos de grande porte para depósitos em eurodólares, designada como “Tela LIBO” no “Reuters Monitor Money Rates Service”(ou outra tela que possa substituir a “Tela LIBO” para o fim de oferecer tais taxas interbancárias para depósitos de eurodólares em Londres);
- (t) “**Solicitação de Conversão**” significa o aviso, por escrito, enviado à **EMISSORA** pelos debenturistas, e através do qual exercem essas a **Opção de Conversão** de acordo com o artigo 3.07.2.2.;
- (u) “**Subsidiárias**” significam quaisquer sociedades, constituídas no País ou no exterior, cujo capital social seja possuído, em mais de 50% (cinquenta por cento), direta ou indiretamente, pela **EMISSORA** ou seus acionistas controladores, ou que, de qualquer forma, sejam controladas pela **EMISSORA**.
- (v) “**Taxa de Juros**” significa a taxa de juros pagável periodicamente às debêntures, como determinado de acordo com os artigos 4.07, para as

debêntures da 1ª série, 5.07 para as debêntures da 2ª séries, 6.07. para as debêntures da 3ª série e 7.06 para as debêntures da 4ª série;

- (x) “**Valor Nominal**” significa, na data de emissão, o valor atribuído a cada debênture, como determinado de acordo com os artigos 4.04, para as debêntures da 1ª série, 5.04 para as debêntures da 2ª série, 6.04, para as debêntures da 3ª série e 7.04 para as debêntures da 4ª série. Sobre o Valor Nominal incidirão os respectivos Rendimentos atribuídos a todas as debêntures desta Escritura, bem como atualização monetária para as debêntures de 1ª e 2ª séries; e
- (z) “**IFC**” significa a International Finance Corporation, uma organização internacional estabelecida por acordo entre os seus países membros, inclusive o Brasil.

2.02. Da mesma forma, e exceto quando em razão do contexto se exija claramente a atribuição de sentido diverso, terão os termos financeiros a seguir relacionados, quando empregados nesta Escritura, os respectivos significados a eles atribuídos, na forma como adiante respectivamente indicada:

- (a) “**Ativo Circulante**” significa o total (na data do respectivo cálculo) do caixa, títulos negociáveis, créditos comerciais e outros créditos realizáveis em 1 (um) ano, bem como estoques e despesas antecipadas que incidam sobre receitas, dentro do prazo de 1 (um) ano;
- (b) “**Caixa Operacional**” significa a soma de:
 - (i) **Lucro Líquido da EMISSORA;**
 - (ii) juros devidos e pagáveis sobre o **Exigível Líquido de Longo-Prazo;**
 - (iii) **depreciação;**
 - (iv) amortização; e
 - (v) quaisquer outros encargos não-desembolsáveis incidentes sobre a receita, menos créditos não-embolsáveis considerados no cálculo do **Lucro Líquido** do respectivo período de cálculo.
- (c) “**Capital de Giro**” significa o valor pelo qual o **Ativo Circulante excede o Passivo Circulante;** para os fins deste item, fica entendido que qualquer vencimento do **Exigível de Longo Prazo**, ocorrido no período de 360 (trezentos e sessenta) dias do respectivo cálculo, será considerado como parte do **Passivo Circulante;**
- (d) “**Depreciação**” significa a deterioração, perda ou diminuição do valor das propriedades, fábricas e equipamentos da **EMISSORA** como calculado pelo método contábil da **EMISSORA**, durante o respectivo período de cálculo, respeitados os princípios e procedimentos contábeis vigentes no Brasil;

- (e) “**Exigível**” significa o total (na data do respectivo cálculo) de todas as obrigações passivas da **EMISSORA**, para pagamento em dinheiro, incluindo, sem qualquer limitação: (i) quaisquer quantias devidas pela **EMISSORA** em virtude de alugueres ou contratos similares, dentro de seus respectivos prazos, (ii) quaisquer créditos concedidos à **EMISSORA** por fornecedores de bens, ou relativos à compra a prestação, ou outro contrato similar; e (iii) o valor total devido em razão de responsabilidades e obrigações de terceiros, na medida em que sejam elas garantidas pela **EMISSORA**;
- (f) “**Exigível de Curto Prazo**” significa todo o **Exigível** que, na respectiva data de cálculo, não seja **Exigível de Longo Prazo**;
- (g) “**Exigível de Longo Prazo**” significa o valor (na respectiva data de cálculo) das partes integrantes do **Exigível**, que se tornem devidas, ou cujo pagamento final seja devido, após 1 (um) ano das respectivas datas dos respectivos contratos geradores de tais partes integrantes do **Exigível**, incluindo eventuais débitos resultantes de inadimplência incorrida em virtude de fornecimento de bens de capital ou de qualquer compra a prestação, ou outro contrato similar.
- (h) “**Exigível Líquido de Longo Prazo**” significa o **Exigível de Longo Prazo** menos depósitos relativos ao **Exigível de Longo Prazo** efetuados junto ao Banco Central para compensar desvalorizações cambiais, conforme autorizado pela respectiva regulamentação aplicável;
- (i) “**Índice Exigível Líquido de Longo Prazo Por Patrimônio Líquido**” significa o resultado obtido pela divisão do **Exigível Líquido de Longo Prazo** pelo **Patrimônio Líquido**;
- (j) “**Índice de Liquidez Corrente**” significa o resultado obtido pela divisão do **Ativo Circulante** pelo **Passivo Circulante**;
- (k) “**Lucro Líquido**” significa o valor total da receita líquida da **EMISSORA**, após a dedução de todas as despesas, custos e encargos relativos ao respectivo período de cálculo, deduzindo-se:
- (i) os valores que, computados no **Lucro Líquido**, sejam relativos a todas e quaisquer quantias de participação nos lucros atribuíveis a funcionários, empregados e administradores da **EMISSORA** (incluindo honorários de diretoria); e
 - (ii) a reserva para pagamento de todos os tributos incidentes sobre o **Lucro Líquido**.
- l) “**Patrimônio Líquido**” significa o total (na data do respectivo cálculo) de:
- (i) os valores pagos (ou creditados como pagos) do capital social da **EMISSORA**; e
 - (ii) os valores creditados em reservas da **EMISSORA** (incluindo, sem limitação, reserva de ágio, reserva para cancelamento de ações, e

quaisquer sobras credoras da conta de lucros e perdas); deduzidas, porém, do respectivo total de tais valores: (A) quaisquer quantias reservadas para pagamento de dividendos ou tributos (inclusive tributação diferida) ou atribuível a fundo de comércio ou outros ativos intangíveis; e (B) qualquer sobra devedora na conta de lucros e perdas ou repercussão negativa no capital social da **EMISSORA** (exceto na medida em que a dedução relativa a tal sobra devedora ou repercussão negativa já tenha sido realizada).

- (m) “**Passivo Circulante**” significa o total (na data do respectivo cálculo) de todas as despesas da **EMISSORA**, pagáveis no prazo de 1 (um) ano, incluindo a porção do **Exigível de Longo Prazo** pagável no prazo de 1 (um) ano.

2.02.1. Para os fins desta Escritura, deverão todos os cálculos financeiros ser realizados mediante a adoção dos princípios e procedimentos contábeis geralmente aceitos no Brasil, aplicados de forma sistemática. Excepcionalmente, e quando necessário para o fim de se adequar às definições aqui contidas, deverão tais cálculos ser efetuados com base no balanço trimestral, mais recente, que tiver a **EMISSORA** obrigada a levantar, nos termos do artigo 8.01.1, e bem assim a fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, ressalvando-se, entretanto, que: (a) se a respectiva demonstração financeira trimestral da **EMISSORA** for referente ao último trimestre do exercício, poderão, então, os referidos cálculos ser realizados, a critério do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, com base nas demonstrações financeiras auditadas da **EMISSORA**, relativas ao respectivo exercício; e (b) se, uma vez findo determinado período abrangido pela demonstração financeira correspondente, vierem a ocorrer alterações substanciais adversas nas condições financeiras da **EMISSORA**, deverão, então, tais alterações ser consideradas para fins dos respectivos cálculos a serem realizados com relação ao referido período encerrado.

III. DO TÍTULO E SUA EMISSÃO - CONDIÇÕES GERAIS

- 3.01. **Colocação e Subscrição:** O lançamento das debêntures será público e far-se-á por intermédio de instituições financeiras habilitadas a operar no mercado de capitais, a serem para tanto contratadas pela **EMISSORA**, com adoção do Procedimento Diferenciado de Distribuição previsto no artigo 33, da Instrução CVM nº 13/80.
- 3.02. **Data da Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures, em todas as suas séries será 01 de dezembro de 1.995.
- 3.03. **Séries e Tipo:** Serão, no total, emitidas 12.000 (doze mil) debêntures, todas conversíveis em ações, ordinárias e/ou preferenciais, da **EMISSORA**, conforme a série, emissão essa constituída de quatro séries, como segue:
- (a) a 1ª série será composta de 3.273 (três mil, duzentas e setenta e três) debêntures, conversíveis em **AÇÕES** ordinárias, cada uma com **Valor Nominal** de R\$ 3.000,00 (três mil reais), perfazendo um volume total de R\$ 9.819.000,00 (nove milhões, oitocentos e dezenove mil reais), na **Data da Emissão**;

- (b) a 2ª série será composta de 6.513 (seis mil, quinhentas e treze) debêntures, conversíveis em **AÇÕES** preferenciais, cada uma com **Valor Nominal** de R\$ 3.000,00 (três mil reais), perfazendo um volume total de R\$ 19.539.000,00 (dezenove milhões, quinhentos e trinta e nove mil reais) na **Data da Emissão**;
- (c) a 3ª série será composta de 2.214 (duas mil, duzentas e quatorze) debêntures, conversíveis em **AÇÕES** na proporção de 1/3 de ações ordinárias e 2/3 de ações preferenciais, cada uma com **Valor Nominal** de R\$ 3.000,00 (três mil reais), perfazendo um volume total de R\$ 6.642.000,00 (seis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil reais), na **Data da Emissão**; e
- (d) a 4ª série será composta exclusivamente pelas sobras não subscritas das debêntures, objeto da 3ª série, e destinadas exclusivamente à subscrição por investidores residentes e domiciliados no exterior, e terão cada uma **Valor Nominal**, em dólares norte-americanos, de US\$ 3.103,66 (três mil, cento e três dólares norte-americanos, e sessenta e seis centavos de dólar), perfazendo um volume total, em moeda nacional, de R\$ 6.642.000,00 (seis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil reais), na **Data da Emissão**, considerando-se o **Valor Nominal** das debêntures da 3ª série, convertido, para dólares norte-americanos, pela taxa comercial de câmbio para venda, disponível pelo sistema SISBACEN - transação PTAX 800, opção 5, de R\$ 0,966600, vigente em 30.11.1995.

3.04. Espécie: As debêntures de todas as séries serão da espécie com garantia flutuante.

3.05. Rendimentos - Cálculo e Pagamentos: As debêntures de todas as séries, para cálculo de **Rendimentos**, ficam submetidas a **Períodos de Capitalização**.

3.05.1. A data do primeiro pagamento dos **Rendimentos** será ajustado de modo a coincidir com a próxima **Data de Pagamento de Juros**. A data de pagamento do principal das debêntures deverá coincidir com uma **Data de Pagamento de Juros**. Se a **Data de Pagamento de Juros** for afetada em virtude de sua definição, então a data de pagamento de principal deverá ser alterada de modo a coincidir com a **Data de Pagamento de Juros**.

3.05.2. Os juros incidirão diariamente, sendo aplicáveis proporcionalmente ao número de dias do **Período de Capitalização**, em relação a um ano de 360 dias, devendo ser pagos na **Data de Pagamento de Juros** que coincide com o fim do **Período de Capitalização** em curso.

3.05.3. Se a data de pagamento de qualquer obrigação coincidir com um dia, que não seja **Dia Útil**, considerar-se à essa prorrogada até o primeiro **Dia Útil** imediatamente posterior.

3.05.4. A **EMISSIONA** pagará "*pro-rata temporis*" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: nas eventuais conversões de debêntures em ações, amortizações, aquisições facultativas e vencimento antecipado.

3.06. Aquisição, Venda e Cancelamento: A **EMISSIONA** poderá a qualquer tempo, adquirir, no mercado, debêntures em circulação, advindas desta emissão, por preço não superior ao seu **Valor Nominal**, acrescido de atualização monetária, para as debêntures

de 1ª e 2ª séries, bem como os respectivos Rendimentos, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

3.06.1 As debêntures adquiridas pela **EMISSORA** poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, mantidas em tesouraria ou vendidas a terceiros.

3.07. Conversibilidade em Ações: As debêntures componentes de todas as séries serão conversíveis em **AÇÕES** ordinárias e/ou preferenciais, conforme a respectiva série, **AÇÕES** essas escriturais e representativas do capital social da **EMISSORA**, com os mesmos direitos previstos nos Estatuto Social para a respectiva classe de ações emitidas pela **EMISSORA**, sendo que tal conversão poderá ocorrer a qualquer tempo, a critério do debenturista, a partir da data de subscrição.

3.07.1. O “**Preço de Exercício**” de cada debênture das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries será definido conforme quadros demonstrativos respectivamente indicados nos artigos 4.10, 5.10, 6.08 e 7.07 a seguir. O número de **AÇÕES** decorrentes da conversão das debêntures, tal como previsto em cada um dos retro aludidos quadros demonstrativos, será respectivamente ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da **Data da Emissão**, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

3.07.2. A critério dos debenturistas, a **Opção de Conversão** poderá ser exercida por estes, convertendo, em **AÇÕES**, o valor principal das debêntures subscritas e pagas.

3.07.2.1. Os debenturistas exercerão a **Opção de Conversão** por meio de envio ao **Banco Mandatário da Solicitação de Conversão**, efetuada através do preenchimento de formulário próprio, como estabelecido no artigo 3.07.2.2. abaixo.

3.07.2.2. A **Solicitação de Conversão** deverá ser dada pelo debenturista por meio de carta registrada, com aviso de recebimento, telex ou fac-símile e deverá ser recebida pelo **Banco Mandatário**, pelo menos, 05 (cinco) **Dias Úteis** antes da **Data de Fechamento**.

3.07.2.3. A **Solicitação de Conversão** deverá mencionar:

- (a) se refere à conversão da totalidade ou de parte das debêntures, sendo que, em se referindo à conversão parcial, deverá informar o número de debêntures a serem convertidas e o seu valor total;
- (b) o número de **AÇÕES** a serem emitidas pela **EMISSORA** em consequência da conversão, tal número estando sujeito a correções pela **EMISSORA**, se necessário;
- (c) a data (“**Data de Fechamento**”) na qual as **AÇÕES** deverão ser emitidas, sujeitando-se esta ao disposto no artigo 3.07.2.8; e
- (d) se aplicável, o nome do banco ou sociedade do Brasil ou em outro local, acordado entre a **EMISSORA** e os debenturistas, ao qual devam ser enviadas as **AÇÕES** (o “**Lugar do Fechamento**”).

3.07.2.4. Na **Data de Fechamento**, a **EMISSORA** deverá emitir, em nome do debenturista, o número de **AÇÕES** acima mencionado e deverá, dentro de 05 (cinco) **Dias Úteis**,

enviar ao debenturista ou ao seu representante, indicado na forma do artigo 3.07.2.3. (d) acima, o certificado ou certificados, juntamente com uma cópia autenticada da folha do Livro de Registro de Ações Nominativas, em que constarem as **AÇÕES** emitidas em nome do debenturista ou, o extrato de ações escriturais das **AÇÕES**, provando a propriedade das mesmas, juntamente com prova, satisfatória para o debenturista, de que:

- (i) tais **AÇÕES** se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, podendo ser livremente transferidas, foram regularmente emitidas e se encontram totalmente integralizadas, e, ainda, se tratam de **AÇÕES** escriturais, ordinárias e/ou preferenciais, conforme o caso; e
- (ii) todas as formalidades legais em relação à sua titularidade e emissão foram integralmente cumpridas.

3.07.2.5. As **AÇÕES** gozarão dos mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos atualmente às ações da **EMISSORA** negociadas em Bolsas de Valores e farão jus às bonificações distribuídas a partir da data da **Solicitação de Conversão**, inclusive, de forma que os certificados ou extratos delas representativos sejam emitidos no estado de direito das demais ações da **EMISSORA**, a partir da data da **Solicitação de Conversão**. As **AÇÕES** farão jus a dividendos integrais, referentes ao exercício em que ocorrer a **Solicitação de Conversão**.

3.07.2.6. Quaisquer valores de Juros devidos até a data de conversão, sobre a parcela de debêntures convertidas, deverão ser pagos aos debenturistas pela **EMISSORA**, na **Data de Fechamento**, e serão calculados "pro-rata-temporis", até a data da **Solicitação de Conversão**.

3.07.2.7. Frações de ações decorrentes da conversão efetuada com base no ora previsto, serão devidas em espécie, na data da respectiva **Solicitação de Conversão**, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o sexto dia útil subsequente, pelo seu **Valor Nominal**, acrescido, no caso das debêntures de 1ª e 2ª séries, de atualização monetária.

3.07.2.8. Os aumentos de capital decorrentes da conversão de debêntures em **AÇÕES** serão realizados mensalmente, e averbados na Junta Comercial da sede da **EMISSORA**, no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da **EMISSORA**.

3.07.3. No caso da **EMISSORA** aumentar seu capital social, com emissão, pública ou privada, de novas ações ou debêntures conversíveis em ações ou ainda, bônus de subscrição, durante o prazo para exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da companhia, ou no prazo do eventual direito de prioridade, terão os debenturistas, a seu critério, direito de converter as suas debêntures em **AÇÕES**, pelo mesmo e idêntico preço fixado para subscrição das novas ações (ou mesmo e idêntico preço, igual espécie e classe de ações estipuladas para a conversão das novas debêntures, ou, mesmo e idêntico preço de exercício dos bônus de subscrição). Na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, os debenturistas terão este direito durante o prazo de 20 dias a contar da publicação do primeiro Anúncio de Distribuição Pública. Para tal fim, deverão os debenturistas

comunicar ao **Banco Mandatário** a intenção do exercício de tal direito, no prazo acima referido.

3.07.4. No caso de a **EMISSORA**, a qualquer tempo, declarar bonificação (ões) e/ou desdobramento(s), o **Preço de Exercício** previsto no artigo 3.07.3, será proporcionalmente diminuído e as respectivas quantidades de **AÇÕES** previstas nos artigos 4.10, 5.10, 6.08 e 7.07 antes de tal(is) bonificação(ões) e/ou desdobramento(s) em ações, deverão ser proporcionalmente aumentadas. De igual modo, no caso de a **EMISSORA** promover o grupamento de ações, será o **Preço de Exercício** proporcionalmente ajustado.

3.07.5. Com relação às debêntures de 1ª e 2ª séries, convertidas em **AÇÕES**, não serão devidos os respectivos Prêmios a elas atribuídos, tal como previsto nos termos dos artigos 4.08 e 5.08.

3.08. **Impontualidade:** Tudo independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, e, ainda, sem prejuízo dos demais direitos e ações conferidos aos debenturistas nesta Escritura ou na legislação pertinente, inclusive, vencimento antecipado das debêntures, na forma do artigo XI infra:

(a) se a **EMISSORA** deixar de efetuar qualquer pagamento de juros ou de quaisquer outros valores (exceto principal) com relação às debêntures, antes ou na data devida, como especificado nesta Escritura (seja na data prevista de vencimento, seja em virtude de vencimento antecipado), ou, se não especificada, consoante notificação enviada à **EMISSORA** pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a **EMISSORA** deverá pagar, em relação ao valor de tal pagamento devido e não pago:

(i) no que se refere às debêntures das 1ª, 2ª e 3ª séries, juros à taxa de 1% a.m. (um por cento ao mês) acima da **Taxa de Juros** aplicável à respectiva série, ambos aplicáveis sobre as parcelas não pagas, desde a data do vencimento da obrigação não cumprida e até a data da regularização desta obrigação, sem prejuízo da atualização monetária das debêntures de 1ª e 2ª séries; e

(ii) no que se refere a 4ª série, juros à taxa de 2% a.a. (dois por cento ao ano) acima da taxa básica vigente para a respectiva série, ambos aplicáveis ao período em atraso, desde a data em que o pagamento tornou-se devido até a data de sua efetiva realização (tanto após, como antes de julgamento) e tais juros deverão ser pagos na primeira **Data de Pagamento de Juros** após o inadimplemento, a menos que solicitado ou pago anteriormente a tal data.

(b) se a **EMISSORA** deixar de efetuar qualquer pagamento de principal de qualquer debênture ou qualquer outro pagamento com relação a qualquer debênture antes ou na data especificada nesta Escritura (seja na data de vencimento especificada, seja por vencimento antecipado), ou, se não especificado, conforme seja notificado à **EMISSORA** pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a **EMISSORA** deverá pagar, em relação ao valor principal de tal debênture:

- (i) no que se refere às debêntures das 1ª, 2ª e 3ª séries, juros à taxa de 1% a.m. (um por cento ao mês) acima da Taxa de Juros aplicável à série, ambos aplicáveis sobre as parcelas não pagas, desde a data do vencimento da obrigação não cumprida e até a data da regularização desta obrigação, sem prejuízo da atualização monetária das debêntures de 1ª e 2ª séries, bem como do respectivo prêmio a elas devido; e
- (ii) no que se refere às debêntures da 4ª série, juros à taxa de 2% a.a. (dois por cento ao ano) acima da taxa básica vigente para a respectiva série, ambos aplicáveis desde a data em que tal pagamento tornou-se devido, até a data de sua efetiva realização (tanto após, como antes de julgamento), e o pagamento de tais juros deverá ser realizado na **Data de Pagamento de Juros** imediatamente posterior ao inadimplemento, a menos que solicitado ou pago anteriormente a tal data.

3.08.1. Se vierem os debenturistas a incorrer em custos, despesas ou perdas, como resultado de:

- (i) qualquer falta da **EMISSORA** em pagar, nas datas aprazadas, ou pelo vencimento antecipado como previsto no artigo XI, quaisquer somas devidas pelas debêntures ou por esta Escritura ou,
- (ii) qualquer aquisição facultativa da totalidade ou parte das debêntures, em outra data que não a **Data de Pagamento de Juros**,

deverá a **EMISSORA** pagar, mediante solicitação do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, o valor que lhe for notificado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** como sendo o total dos referidos custos, despesas e perdas incorridos pelos debenturistas. Para os fins aqui previstos, "custos, despesas e perdas" incluirão, sem qualquer limitação, quaisquer juros pagos ou devidos, ao custo de mercado, para suportar qualquer quantia não paga e qualquer prejuízo, penalidade ou despesa que possam ter sido incorridos pelos debenturistas na liquidação ou utilização de depósitos ou empréstimos de terceiros, a fim de adquirir, manter ou lastrear as debêntures ou qualquer parte delas. Especificamente em caso de atraso no pagamento, deverão entretanto ser computados, para os fins previstos no presente artigo, os juros por pagamento em atraso recebidos pelos debenturistas de acordo com artigo 3.08.

3.09. Decadência de Direitos: As debêntures, após o seu vencimento, não mais vencerão juros ou quaisquer outros rendimentos, assegurados os direitos adquiridos até as respectivas datas de vencimento. Da mesma forma, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias da **EMISSORA** nas datas previstas neste Instrumento ou em avisos por ela publicados, não lhe dará direito ao recebimento de juros e atualização monetária, quando aplicável, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data em que tais quantias ficaram à sua disposição, inclusive no que se refere ao disposto nos artigos 3.08 e 3.08.1. acima.

3.10. Publicidade: Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados na forma de avisos, dentro dos prazos previstos nesta Escritura, publicados na imprensa, com observância do disposto no artigo 289 da Lei nº 6404/76, e, no caso de debenturistas residentes ou domiciliados no exterior, por meio de carta registrada, telex ou fac-símile a eles enviado.

3.10.1. As cartas registradas, telex ou fac-símile, a serem enviados aos debenturistas residentes e domiciliados no exterior deverão sê-lo, pelo menos, 10 (dez) dias antes do início do respectivo prazo ou data.

3.11. Fundo de Sustentação: Não está prevista a constituição de fundo de sustentação para a emissão de debêntures de que trata o presente instrumento.

3.12. Direito de Preferência dos Acionistas da EMISSORA: Conforme previsão do Estatuto Social da EMISSORA, bem como deliberação da A.G.E. que autorizou a presente Emissão, não será concedido aos acionistas prazo de preferência para subscrição das debêntures de que trata este Instrumento, sendo no entanto concedido aos acionistas da EMISSORA prazo de prioridade de 5 (cinco) dias corridos, a contar da publicação do 1º anúncio de início de distribuição, e computando-se, para efeitos de contagem do aludido prazo, a respectiva data da referida publicação.

IV. DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS DEBÊNTURES

DA 1ª SÉRIE

4.01. Características exclusivas: As características constantes desta seção referem-se tão somente às 3.273 (três mil, duzentas e setenta e três) debêntures conversíveis em AÇÕES ordinárias, que compõem a 1ª série desta emissão, não sendo aplicáveis às demais debêntures.

4.02. Forma: As debêntures da 1ª série terão a forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome dos seus titulares junto ao Banco Mandatário, o qual poderá cobrar dos debenturistas o custo de transferência de propriedade, observados os limites legais e regulamentares.

4.03. Prazo e Data de Vencimento: As debêntures da 1ª série terão um prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, vencendo-se, portanto, em 01.12.2000.

4.04. Valor Nominal: As debêntures da 1ª série terão o Valor Nominal unitário de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

4.05. Atualização Monetária: As debêntures da 1ª série terão o seu Valor Nominal atualizado monetariamente, a partir da data de emissão, segundo a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



4.05.1. Caso não seja mais vedado e/ou passe a ser permitida expressamente a atualização monetária das obrigações mediante utilização do INPC em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, será a mesma aplicável, independentemente de qualquer outra formalidade ou ajuste à presente escritura, sendo certo que a atualização passará a incidir no menor período permitido.

4.05.2. Na hipótese de extinção do referido indexador, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicação, adotar-se-á, em seu lugar, outro que melhor represente a perda do valor da moeda nacional no tempo, aprovado em Assembléia Geral de Debenturistas que será convocada em tempo hábil, observado o disposto na legislação em vigor.

4.05.3. Na hipótese de atraso na divulgação do INPC, ou, ainda, em caso de sua indisponibilidade em eventos, excetuando-se a subscrição, tais como, aquisição facultativa, amortizações programadas, vencimento antecipado das debêntures ou, ainda, no pagamento dos juros remuneratórios, o valor a ser pago será calculado em base no último INPC disponível, calculado na forma "*pro rata die*".

4.05.4. Na hipótese da não divulgação do INPC, ou no caso de sua indisponibilidade por prazo superior a 30 (trinta) dias será utilizado o índice estipulado para cálculo do prêmio, não cabendo, quando da divulgação do índice original, qualquer reembolso, tanto por parte dos debenturistas, quanto por parte da **EMISSORA**, passando, a partir da sua divulgação, a ser novamente utilizado como índice de remuneração das debêntures.

4.06. Preço de Subscrição: O Preço de Subscrição das debêntures da 1ª série, em moeda nacional, será o **Valor Nominal** unitário atualizado monetariamente "*pro-rata-temporis*", por dias decorridos, pela variação do último INPC disponível, mais **Juros Remuneratórios**, nos termos do artigo 4.07 a seguir, respectivamente, tudo calculado desde a data de emissão e até a data da efetiva subscrição e integralização.

4.06.1. O preço de subscrição será pago à vista, no ato da subscrição.

4.07. Juros Remuneratórios: As debêntures da 1ª série serão remuneradas, a partir da **Data da Emissão**, com juros de 12% (doze por cento) ao ano, computados com base em 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o **Valor Nominal** atualizado das debêntures, e pagos anualmente, sempre no primeiro dia do mês de dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01.12.1996, e o último em 01.12.2000, data do vencimento das debêntures.

4.08. Prêmio: As debêntures da 1ª série farão jus a um **Prêmio**, a ser pago nas mesmas datas de vencimento antecipado, aquisições facultativas, e/ou amortizações programadas, incidente a partir da **Data da Emissão**, equivalente à diferença positiva, se houver, entre os termos da seguinte fórmula:

$$P_n = VN \times (1 + CM) - VNA$$

onde:

P_n = Prêmio “n”, expresso em reais, a ser pago por debênture juntamente com as aquisições facultativas, vencimento antecipado e amortização programada;

VN = **Valor Nominal** unitário na **Data de Emissão**, ou seja R\$ 3.000,00 (três mil reais), deduzido das amortizações ocorridas;

VNA = VN atualizado monetariamente, na forma do artigo 4.05 e respectivas sub-cláusulas, até a data do pagamento do prêmio, acrescido dos juros remuneratórios, nos termos previstos no artigo 4.07;

n = o número efetivo de dias do período em que se efetua o cálculo do **Prêmio**;

CM = Fator de apuração do **Prêmio** para cada debênture, dentre os parâmetros a seguir, prevalecendo o maior deles:

1º Parâmetro: Fator acumulado do resultado da aplicação das taxas e respectivos indexadores, se pós-fixadas, divulgadas pela ANBID para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré ou pós-fixados, no “período de incidência de prêmio ANBID”.

Entende-se como “período de incidência de prêmio ANBID”, aquele que coincide com o “Período de Capitalização” definido na letra (o), do item 2.01, da cláusula II, desta escritura, e como “sub-período de incidência de prêmio ANBID”, os prazos definidos de acordo com a taxa ANBID mais negociada no instante da definição do sub-período.

Assim:

- a) O primeiro sub-período inicia-se no 1º dia útil do Período de Capitalização das debêntures e termina no prazo definido pela taxa ANBID, pré ou pós-fixada, mais negociada, apurada nesta data;
- b) Os sub-períodos seguintes são definidos apurando-se a taxa ANBID mais negociada no dia de vencimento do sub-período anterior e entendendo-se o prazo desta taxa como o do sub-período em vigor;
- c) As taxas e os indexadores, se pós-fixados, dos sub-períodos, serão acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério “pró-rata-temporis” por dias decorridos, se necessário, de forma a cobrir todo o “período de incidência de prêmio ANBID”.

Caso a última taxa ANBID considerada seja de um CDB pós fixado e seu indexador não seja conhecido, ou a taxa não esteja disponível quando do vencimento do prêmio, será considerado o valor da última TR disponível ou do seu substituto para o período, até que o indexador ou a taxa sejam divulgados. Quando da divulgação do referido indexador ou da taxa, o prêmio será recalculado e a eventual diferença estará à disposição dos debenturistas a partir do 5º (quinto) dia útil após a referida divulgação e será atualizado pela variação da TR desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento.

Na falta de divulgação pela ANBID das taxas acima citadas, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósitos bancários pós e pré-fixados, para lotes de valor equivalente a 500 (quinhentas) debêntures, obtidas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO junto às seguintes Instituições: BANCO MULTIPLIC S.A.; UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. e CITIBANK, N.A..

2º Parâmetro:

Fator acumulado do resultado da aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo. TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, regulamentada pela Resolução nº 2.121 de 30.11.94 do BACEN, acrescida de "spread" de 12% (doze por cento) ao ano, no "período de incidência de prêmio TJLP".

- a) O primeiro "Sub-Período de Incidência de Prêmio TJLP" inicia-se na data de início do "Período de Capitalização" e termina no prazo definido pela TJLP, apurada na data de início de respectivo "Sub-Período de Incidência de Prêmio TJLP" das debêntures.

Caso a data da apuração da TJLP a ser utilizada não coincida com a data de início do "Período de Capitalização", será utilizada a TJLP vigente, calculada de forma "pro-rata-temporis" por dias decorridos, da data de início do "Período de Capitalização" até a data de apuração da TJLP seguinte.

- b) Os sub-períodos seguintes são definidos apurando-se a TJLP do dia do vencimento do sub-período anterior e entendendo-se o prazo desta taxa como o do sub-período em vigor;
- c) As taxas dos sub-períodos serão acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério "pro-rata-temporis" por dias decorridos, se necessário, de forma a cobrir todo o "período de incidência de prêmio TJLP".

As taxas ANBID e TJLP aqui referidas deverão, para efeitos da presente fórmula, ser representadas na forma decimal e calculadas cumulativa e sucessivamente, a partir da **Data da Emissão** das debêntures e pelos respectivos prazos, considerado o ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, adotando-se o critério “*pro rata die*”, se necessário.

4.08.1. O Prêmio não será devido em caso de conversão das debêntures.

4.09. Amortização Programada: As debêntures da 1ª série terão **Amortização Programada** em parcelas conforme quadro abaixo:

DATA	% DE AMORTIZAÇÃO DO VNA	VALOR DA AMORTIZAÇÃO do VNA por debênture (na data de emissão)
01.12.1998	30%	R\$ 900,00
01.12.1999	30%	R\$ 900,00
01.12.2000	40%	R\$ 1.200,00

4.10. CRONOGRAMA DE CONVERSIBILIDADE EM AÇÕES: As debêntures da 1ª série serão conversíveis em ações ordinárias, a qualquer tempo pelo debenturistas, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO	QUANTIDADE DE AÇÕES POR DEBÊNTURE
Data de subscrição até 30.11.1997	10.000.000
01.12.1997 a 30.11.1998	8.000.000
01.12.1998 a 31.05.1999	5.600.000
01.06.1999 a 30.11.1999	4.690.000
01.12.1999 a até o vencimento	2.680.000

4.11. Pagamentos: O pagamento do principal e **Rendimentos** a que fizerem jus as debêntures da 1ª será efetuado pela **EMISSIONORA** através do Sistema da Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos CETIP.

V. DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS DEBÊNTURES DA 2ª SÉRIE

5.01. Características exclusivas: As características constantes desta seção referem-se tão somente às 6.513 (seis mil, quinhentas e treze) debêntures conversíveis em **AÇÕES** preferenciais, que compõem a 2ª série desta emissão, não sendo aplicáveis às demais debêntures.

5.02. Forma: As debêntures da 2ª série terão a forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome dos seus titulares junto ao Banco Mandatário, o qual poderá cobrar dos debenturistas o custo de transferência de propriedade, observados os limites legais e regulamentares.

5.03. Prazo e Data de Vencimento: As debêntures da 2ª série terão um prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, vencendo-se, portanto, em 01.12.2000.

5.04. Valor Nominal: As debêntures da 2ª série terão o Valor Nominal unitário de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

5.05. Atualização Monetária: As debêntures da 2ª série terão o seu **Valor Nominal** atualizado monetariamente, a partir da data de emissão, segundo a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

5.05.1. Caso não seja mais vedado e/ou passe a ser permitida expressamente a atualização monetária das obrigações mediante utilização do INPC em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, será a mesma aplicável, independentemente de qualquer outra formalidade ou ajuste à presente escritura, sendo certo que a atualização passará a incidir no menor período permitido.

5.05.2. Na hipótese de extinção do referido indexador, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicação, adotar-se-á, em seu lugar, outro que melhor represente a perda do valor da moeda nacional no tempo, aprovado em Assembléia Geral de Debenturistas que será convocada em tempo hábil, observado o disposto na legislação em vigor.

5.05.3. Na hipótese de atraso na divulgação do INPC, ou, ainda, em caso de sua indisponibilidade em eventos, excetuando-se a subscrição, tais como, aquisição facultativa, amortizações programadas, vencimento antecipado das debêntures ou, ainda, no pagamento dos juros remuneratórios, o valor a ser pago será calculado em base no último INPC disponível, calculado na forma "*pro rata die*".

5.05.4. Na hipótese da não divulgação do INPC, ou no caso de sua indisponibilidade por prazo superior a 30 (trinta) dias será utilizado o índice estipulado para cálculo do prêmio, não cabendo, quando da divulgação do índice original, qualquer reembolso, tanto por parte dos debenturistas, quanto por parte da **EMISSIONORA**, passando, a partir da sua divulgação, a ser novamente utilizado como índice de remuneração das debêntures.

5.06. Preço de Subscrição: O Preço de Subscrição das debêntures da 2ª série, em moeda nacional, será o **Valor Nominal** unitário atualizado monetariamente "*pro-rata-temporis*", por dias decorridos, pela variação do último INPC disponível, mais **Juros Remuneratórios**, nos termos do artigo 5.07 a seguir, respectivamente, tudo calculado desde a data de emissão e até a data da efetiva subscrição e integralização.

5.06.1. O preço de subscrição será pago à vista, no ato da subscrição.

5.07. Juros Remuneratórios: As debêntures da 2ª série serão remuneradas, a partir da **Data da Emissão**, com juros de 12% (doze por cento) ao ano, computados com base em 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o **Valor Nominal** atualizado das

debêntures, e pagos anualmente, sempre no primeiro dia do mês de dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01.12.1996, e o último em 01.12.2000, data do vencimento das debêntures.

5.08. Prêmio: As debêntures da 2ª série farão jus a um **Prêmio**, a ser pago nas mesmas datas de vencimento antecipado, aquisições facultativas, e/ou amortizações programadas, incidente a partir da **Data da Emissão**, equivalente à diferença positiva, se houver, entre os termos da seguinte fórmula:

$$P_n = VN \times (1 + CM) - VNA$$

onde:

P_n = Prêmio “n”, expresso em reais, a ser pago por debênture juntamente com as aquisições facultativas, vencimento antecipado e amortização programada;

VN = **Valor Nominal** unitário na **Data de Emissão**, ou seja R\$ 3.000,00 (três mil reais), deduzido das amortizações ocorridas;

VNA = VN atualizado monetariamente, na forma do artigo 5.05 e respectivas sub-cláusulas, até a data do pagamento do prêmio, acrescido dos juros remuneratórios, nos termos previstos no artigo 5.07.

n = o número efetivo de dias do período em que se efetua o cálculo do **Prêmio**;

CM = Fator de apuração do prêmio para cada debênture, dentre os parâmetros a seguir, prevalecendo o maior deles:

1º Parâmetro: Fator acumulado do resultado da aplicação das taxas e respectivos indexadores, se pós-fixadas, divulgadas pela ANBID para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré ou pós-fixados, no “período de incidência de prêmio ANBID”.

Entende-se como “período de incidência de prêmio ANBID”, aquele que coincide com o “Período de Capitalização” definido na letra (o), do item 2.01, da cláusula II, desta escritura, e como “sub-período de incidência de prêmio ANBID”, os prazos definidos de acordo com a taxa ANBID mais negociada no instante da definição do sub-período.

Assim:

- a) O primeiro sub-período inicia-se no 1º dia útil do Período de Capitalização das debêntures e termina no prazo definido pela taxa ANBID, pré ou pós-fixada, mais negociada, apurada nesta data;

- b) Os sub-períodos seguintes são definidos apurando-se a taxa ANBID mais negociada no dia de vencimento do sub-período anterior e entendendo-se o prazo desta taxa como o do sub-período em vigor;
- c) As taxas e os indexadores, se pós-fixados, dos sub-períodos, serão acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério "pró-rata-temporis" por dias decorridos, se necessário, de forma a cobrir todo o "período de incidência de prêmio ANBID".

Caso a última taxa ANBID considerada seja de um CDB pós fixado e seu indexador não seja conhecido, ou a taxa não esteja disponível quando do vencimento do prêmio, será considerado o valor da última TR disponível ou do seu substituto para o período, até que o indexador ou a taxa sejam divulgados. Quando da divulgação do referido indexador ou da taxa, o prêmio será recalculado e a eventual diferença estará à disposição dos debenturistas a partir do 5º (quinto) dia útil após a referida divulgação e será atualizado pela variação da TR desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento.

Na falta de divulgação pela ANBID das taxas acima citadas, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósitos bancários pós e pré-fixados, para lotes de valor equivalente a 500 (quinhentas) debêntures, obtidas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO junto às seguintes Instituições: BANCO MULTIPLIC S.A.; UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. e CITIBANK, N.A..

2º Parâmetro:

Fator acumulado do resultado da aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo. TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, regulamentada pela Resolução nº 2.121 de 30.11.94 do BACEN, acrescida de "spread" de 12% (doze por cento) ao ano (360 dias), no "período de incidência de prêmio TJLP".

- a) O primeiro "Sub-Período de Incidência de Prêmio TJLP" inicia-se na data de início do "Período de Capitalização" e termina no prazo definido pela TJLP, apurada na data de início de respectivo "Sub-Período de Incidência de Prêmio TJLP" das debêntures.

Caso a data da apuração da TJLP a ser utilizada não coincida com a data de início do "Período de Capitalização", será utilizada a TJLP vigente, calculada de forma "pro-rata-temporis" por dias decorridos, da data de

início do “Período de Capitalização” até a data de apuração da TJLP seguinte.

- b) Os sub-períodos seguintes são definidos apurando-se a TJLP do dia do vencimento do sub-período anterior e entendendo-se o prazo desta taxa como o do sub-período em vigor;
- c) As taxas dos sub-períodos serão acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério “pro-rata-temporis” por dias decorridos, se necessário, de forma a cobrir todo o “período de incidência de prêmio TJLP”.

As taxas ANBID e TJLP aqui referidas deverão, para efeitos da presente fórmula, ser representadas na forma decimal e calculadas cumulativa e sucessivamente, a partir da **Data da Emissão** das debêntures e pelos respectivos prazos, considerado o ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, adotando-se o critério “*pro rata die*”, se necessário.

5.08.1. O Prêmio não será devido em caso de conversão das debêntures.

5.09. Amortização Programada: As debêntures da 2ª série terão **Amortização Programada** em parcelas conforme quadro abaixo:

DATA	% DE AMORTIZAÇÃO DO VNA	VALOR DA AMORTIZAÇÃO do VNA por debênture (na data de emissão)
01.12.1998	30%	R\$ 900,00
01.12.1999	30%	R\$ 900,00
01.12.2000	40%	R\$ 1.200,00

5.10. CRONOGRAMA DE CONVERSIBILIDADE EM AÇÕES: As debêntures da 2ª série serão conversíveis em ações preferenciais, a qualquer tempo pelo debenturistas, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO	QUANTIDADE DE AÇÕES POR DEBENTURE
Data de subscrição até 30.11.1997	10.000.000
01.12.1997 a 30.11.1998	8.000.000
01.12.1998 a 31.05.1999	5.600.000
01.06.1999 a 30.11.1999	4.690.000
01.12.1999 a até o vencimento	2.680.000

- 5.11. **Pagamentos:** O pagamento do principal e **Rendimentos** a que fizerem jus as debêntures da 2ª será efetuado pela **EMISSORA** através do Sistema da Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos CETIP.

VI. DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS DEBÊNTURES

DA 3ª SÉRIE

- 6.01. **Características exclusivas:** As características constantes desta seção referem-se tão somente às 2.214 (duas mil, duzentas e quatorze) debêntures conversíveis em **AÇÕES** na proporção de 1/3 de ações ordinárias e 2/3 de ações preferenciais, que compõem a 3ª série desta emissão, não sendo aplicáveis às demais debêntures.
- 6.02. **Forma:** As debêntures da 3ª série terão a forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome dos seus titulares junto ao Banco Mandatário, o qual poderá cobrar dos debenturistas o custo de transferência de propriedade, observados os limites legais e regulamentares.
- 6.03. **Prazo e Data de Vencimento:** As debêntures da 3ª série terão um prazo de vencimento de 8 (oito) anos, vencendo-se, portanto, em 01.12.2003.
- 6.04. **Valor Nominal:** As debêntures da 3ª série terão o Valor Nominal unitário de R\$ 3.000,00 (três mil reais).
- 6.05. **Atualização Monetária:** As debêntures da 3ª série não terão o seu **Valor Nominal** atualizado monetariamente
- 6.06. **Preço de Subscrição:** O Preço de Subscrição das debêntures da 3ª série, em moeda nacional, será o seu **Valor Nominal** unitário, mais **Juros Remuneratórios** nos termos do artigo 6.07 a seguir, calculados desde a data de emissão e até a data da efetiva subscrição e integralização.
- 6.06.1. O preço de subscrição será pago à vista, no ato da subscrição.
- 6.07. **Juros Remuneratórios:** As debêntures da 3ª série serão remuneradas, a partir da **Data da Emissão**, com juros de 3% (três por cento) ao ano, computados com base em 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o **Valor Nominal** das debêntures, e pagos anualmente, sempre no primeiro dia do mês de dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01.12.1996, e o último em 01.12.2003, data do vencimento das debêntures.

- 6.08. CRONOGRAMA DE CONVERSIBILIDADE EM AÇÕES:** As debêntures da 3ª série serão conversíveis em ações, na proporção de 1/3 de ações ordinárias e 2/3 de ações preferenciais, a qualquer tempo pelo debenturistas, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO	QUANTIDADE DE AÇÕES POR DEBÊNTURE	
	Ordinárias	Preferenciais
Data de subscrição até 30.11.1997	3.344.000	6.656.000
01.12.1997 a 30.11.1998	2.675.000	5.325.000
01.12.1998 a 31.05.1999	1.873.000	3.727.000
01.06.1999 a 30.11.1999	1.568.000	3.122.000
01.12.1999 a até o vencimento	896.000	1.784.000

- 6.09. Pagamentos:** O pagamento do principal e **Rendimentos** a que fizerem jus as debêntures da 3ª série será efetuado pela **EMISSIONORA** através do Sistema da Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos CETIP.

VII. DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS DEBÊNTURES

DA 4ª SÉRIE

- 7.01. Características exclusivas:** As características constantes desta seção referem-se e aplicar-se-ão tão somente às sobras das debêntures objeto da 3ª série, as quais passarão a compor a 4ª série da presente emissão para o fim de serem destinadas exclusivamente à subscrição e negociação por investidores residentes e domiciliados no exterior.
- 7.02. Certificados:** As debêntures da 4ª série serão representadas por certificado a ser custodiado pelo Banco Central do Brasil.
- 7.03. Prazo e Data de Vencimento:** As debêntures da 4ª série terão um prazo de vencimento de 8 (oito) anos, vencendo-se, portanto, em 01.12.2003.
- 7.04. Valor Nominal:** As debêntures da 4ª série terão o **Valor Nominal** unitário de US\$ 3.103,66 (três mil, cento e três dólares norte-americanos, e sessenta e seis centavos de dólar).
- 7.05. Preço de Subscrição:** O **Preço de Subscrição** das debêntures da 4ª série será o seu **Valor Nominal** unitário, em Dólares, conforme referido no artigo 7.04 supra.

7.05.1. O preço de subscrição será pago à vista, no ato da subscrição.

7.06. **Rendimentos:** As debêntures da 4ª série pagarão Rendimentos anualmente, ao final de cada **Período de Capitalização**, de acordo com a fórmula seguinte:

$$R = VN3.i.n/360$$

onde

R significa o valor do **Rendimento** de cada debênture

VN3 significa o **Valor Nominal** da debênture no último dia do **Período de Capitalização**

i significa o valor da Taxa de Juros expresso na forma decimal, como estabelecido na forma dos artigos 7.06.1 ou 7.06.1.2, abaixo

n significa o número efetivo de dias do **Período de Capitalização**.

7.06.1. A **Taxa de Juros** será de 3% (três por cento) por ano acima da taxa de juros oferecida, que vier indicada no **Reuters Screen LIBO Page**, às 11:00 hs, horário de Londres, na respectiva **Data de Determinação de Juros**, para um mês, dois meses, três meses ou seis meses, qual período seja o mais próximo da duração do **Período de Capitalização**, sendo que, em havendo dois períodos igualmente próximos à duração do **Período de Capitalização**, considerar-se-á o de duração mais longa. Em vindo a **Reuters Screen LIBO Page** a indicar mais de uma taxa, será considerada, para fins de determinação da Taxa de Juros aplicável, a média aritmética, arredondada para cima, se necessário, para 1/16% (um dezesseis avos por cento) mais próximo das referidas taxas oferecidas.

7.06.1.1. Se, por qualquer razão, a **Taxa de Juros** não puder ser determinada pela referência à **Reuters Screen LIBO Page**, em qualquer **Data de Determinação dos Juros**, a **Taxa de Juros** para o **Período de Capitalização** seguinte será determinada de acordo com o estabelecido no artigo 7.06.1, acima, mutatis mutandis, utilizando-se as taxas oferecidas por quaisquer 2 (dois) bancos (ou pelo banco, se apenas um), cujas taxas tenham sido por último cotadas na **Reuters Screen LIBO Page**. Se os serviços da **Reuters Screen LIBO Page** não se encontrarem disponíveis em virtude da descontinuação da prestação de tal serviço, será a **Taxa de Juros** determinada, na respectiva **Data de Determinação dos Juros**, de acordo com o disposto no artigo 7.06.1, acima, mutatis mutandis, utilizando-se as taxas oferecidas por 3 (três) bancos de grande porte, operadores no mercado interbancário de eurodólares em Londres.

7.06.1.2. Os debenturistas da 4ª série transmitirão a **Taxa de Juros** aplicável no respectivo **Período de Capitalização**, determinada de acordo com os artigos 7.06.1 e 7.06.1.1, acima, ao **Banco Mandatário**, que, confirmando a **Taxa de Juros**, informá-la-á ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** para comunicação à **EMISSIONA**.

7.06.2 A informação da **Taxa de Juros** será final e conclusiva e obrigará a **EMISSIONA**, a menos que por ela demonstrado, à inteira satisfação do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e dos



debenturistas da 4ª série, a ocorrência de erro substancial na determinação da referida **Taxa de Juros**.

7.07. CRONOGRAMA DE CONVERSIBILIDADE EM AÇÕES: As debêntures da 4ª série serão conversíveis em **AÇÕES**, na proporção de 1/3 de ações ordinárias e 2/3 de ações preferenciais, a qualquer tempo pelo debenturistas, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO	QUANTIDADE DE AÇÕES POR DEBENTURE	
	Ordinárias	Preferenciais
Data de subscrição até 30.11.1997	3.344.000	6.656.000
01.12.1997 a 30.11.1998	2.675.000	5.325.000
01.12.1998 a 31.05.1999	1.873.000	3.727.000
01.06.1999 a 30.11.1999	1.568.000	3.122.000
01.12.1999 a até o vencimento	896.000	1.784.000

7.08. Pagamentos: Os pagamentos de principal, juros e quaisquer outros devidos aos debenturistas portadores de debêntures da 4ª série deverão ser efetuados pela **EMISSORA** nos termos definidos pelo **Banco Central**, convertidos em **Dólares** e remetidos ao exterior, em valores imediatamente disponíveis, em banco, ou bancos, bem como nos locais a serem designados pelos debenturistas.

7.08.1. Se, a qualquer tempo, vierem os debenturistas da 4ª série a receber montante inferior ao valor total, em Dólares, a eles devido, em razão das debêntures ou em decorrência desta Escritura, terão eles o direito de alocar os respectivos valores recebidos, e, solicitar o pagamento da correspondente diferença devida, na forma como vierem livremente a estabelecer, a seu exclusivo critério, e não obstante qualquer instrução em contrário recebida da **EMISSORA**.

7.08.2. A obrigação da **EMISSORA** de efetuar o pagamento em **Dólares** do valor total do principal, juros e quaisquer outras obrigações devidas em decorrência das debêntures da 4ª série e/ou da presente Escritura, não será considerada como novada, liquidada ou satisfeita em razão de qualquer pagamento efetuado, inclusive em virtude de condenação judicial, em outra moeda que não seja o **Dólar**, exceto e na medida em que do referido pagamento venha a resultar a efetiva liquidação de valores devidos pela **EMISSORA**, em **Dólares**, nos respectivos locais determinados de acordo com a presente Escritura. Quaisquer eventuais diferenças não liquidadas, ainda que em virtude de condenação, continuarão a ser devidas pela **EMISSORA** aos debenturistas, a título de obrigação independente, sem que, por outro lado, quaisquer outras obrigações por essa assumidas para pagamento de valores devidos nos termos ou em decorrência da presente Escritura venham a ser por qualquer forma afetadas.

VIII. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.01. A EMISSORA obriga-se, ainda, a:

8.01.1. Tão logo quanto possível, mas, de qualquer forma, dentro de até 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada trimestre de cada ano civil, fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

- (i) cópias das suas demonstrações financeiras completas para tal trimestre (incluindo, ainda que de forma não exaustiva, a demonstração de fluxo de fundos) em forma satisfatória para os debenturistas e o **AGENTE FIDUCIÁRIO** e ainda, se solicitada por este, certificada por um administrador da **EMISSORA**.
- (ii) um relatório sobre quaisquer fatos que possam substancialmente afetar os seus negócios e operações ou sua condição financeira;
- (iii) um demonstrativo de todas as operações comerciais e financeiras com quaisquer de seus acionistas, bem como com cada uma de suas Subsidiárias e afiliadas (o termo "afiliada" significa, para os fins deste artigo e do artigo 8.01.2. abaixo, qualquer sociedade em cujo capital social a **EMISSORA** ou qualquer de suas respectivas subsidiárias possua interesses diretos ou indiretos), entendendo-se que qualquer destas operações comerciais entre a **EMISSORA** e seus acionistas, deverá ser realizada de acordo com as condições de mercado, e,
- (iv) imediatamente, as informações que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** possa, de tempos em tempos, razoavelmente solicitar, inclusive aquelas relativas ao andamento do(s) projeto(s) de modernização e/ou expansão de suas unidades industriais.

8.01.2. Tão logo quanto possível, mas, de qualquer forma, dentro de até 120 (cento e vinte) dias após o encerramento de qualquer exercício, fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- (i) cópias integrais de suas demonstrações financeiras para tal exercício (que deverão se encontrar de acordo com seus registros contábeis e preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, aplicados de forma sistemática), juntamente com o relatório dos auditores, tudo em forma satisfatória aos debenturistas e ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**;
- (ii) cópias de quaisquer comunicados e/ou relatórios, enviados pelos administradores e/ou auditores relativamente à contabilidade financeira e outros sistemas, gerenciamento e contabilidade;
- (iii) um relatório dos auditores certificando que, com base nas referidas tais demonstrações financeiras, a situação da **EMISSORA**, ao final do respectivo exercício, encontra-se em conformidade com as disposições do artigo 8.02, ou, caso não se encontre, os respectivos motivos; e
- (iv) um relatório auditado de todas as operações financeiras e comerciais entre a **EMISSORA** e seus acionistas, bem como com cada uma de suas Subsidiárias ou Afiliadas (como definidas no artigo 8.01.1 acima), devendo a **EMISSORA** autorizar os auditores (cujos honorários e despesas serão arcados pela **EMISSORA**) a comunicar-se diretamente com o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qualquer tempo, com relação à sua contabilidade e operações, fornecendo ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** uma cópia de tal autorização.

8.01.3. Adicionalmente, fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- (a) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos previstos na citada Instrução;
- (b) permissão para que ele e/ou seus representantes legais:
 - (i) visitem suas instalações e
 - (ii) tenham acesso a seus livros e registros contábeis, sempre que para tanto for solicitada, de forma razoável, obrigando-se os debenturistas e **AGENTE FIDUCIÁRIO**, desde já a guardar a devida confidencialidade.

8.01.4. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame da empresa de auditoria independente, registrada na CVM e de reputação internacional, devidamente aprovada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** e debenturistas.

8.01.5. Efetuar e manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das Instruções CVM nº 202/93.

8.01.6. Firmar e manter junto ao CETIP - Central de Liquidação Financeira de Títulos, operacionalizado pelo SND, um serviço de atendimento aos debenturistas, que lhes assegure tratamento eficiente.

8.01.7. Ocorrendo o exercício da **Opção de Conversão** por debenturistas detentores de debêntures da 4ª série, providenciar o respectivo registro junto ao **Banco Central** e, quando necessário, a aprovação de outras autoridades brasileiras para a dita conversão (total ou parcial, conforme seja o caso) das debêntures e o registro das **AÇÕES**, e enviar aos debenturistas, tão logo quanto possível, prova, satisfatória a estes, de tais aprovações e registros.

8.01.8 - Tomar todas as medidas para que os seus negócios se adequem à regulamentação de proteção ambiental brasileira, bem como às Diretrizes de Meio-Ambiente, Segurança e Saúde do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD ("Banco Mundial"), e que seus negócios sejam realizados em atenção aos fatores ecológicos e ambientais, bem como com observância de todas as disposições do Segundo Contrato de Empréstimo celebrado entre a **EMISSORA** e o **IFC** de 07.07.1995, que forem aplicáveis.

8.01.09. Conduzir seus negócios de forma diligente e eficiente, sempre de acordo com a melhor prática financeira e comercial.

8.01.10. Manter seu sistema de contabilidade, controle de custos, sistema de informações gerenciais, livros contábeis e outros registros, sempre de forma correta e atualizada, a fim de que possam acuradamente refletir as condições financeiras da **EMISSORA** e os resultados de suas operações, de conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, aplicados de forma sistemática.

8.01.11. Com relação aos ativos componentes da garantia flutuante, manter tais ativos segurados por seguradoras de primeira linha, contra danos a eles causados, de forma e

nas condições usualmente utilizadas por sociedades operacionais no Brasil no mesmo ramo de negócios, fazendo constar os debenturistas como os beneficiários nas respectivas apólices de seguro relativas aos bens dados em garantia, devendo, dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício, submeter ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** uma certidão da seguradora ou do corretor de seguros, indicando os ativos segurados, valores e riscos cobertos, nomes dos beneficiários, nome da seguradora ou seguradoras e características especiais do seguro, devidamente válidas na data da certidão.

8.01.12. Notificar o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, por fac-símile, pelo ,menos 15 (quinze) dias antes da realização de cada Assembléia Geral Ordinária, e 08 (oito) dias antes de cada Assembléia Geral Extraordinária, a convocação efetuada, indicando a ordem do dia e fornecendo, dentro de 90 (noventa) dias após a realização assembléia, ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, 2 duas) cópias de:

- (i) todos os informes, relatórios e outras comunicações aos acionistas; e
- (ii) as atas de tais assembléias.

8.01.13. Prontamente informar o **AGENTE FIDUCIÁRIO** qualquer proposta de mudança na natureza ou no escopo dos seus negócios ou operações ou a expansão e/ou modernização de suas unidades industriais e qualquer evento ou condição que possa substancialmente afetar seus negócios e operações.

8.01.14. Obter e manter válidas, ou, sempre que for o caso, imediatamente renovar, todas as licenças, aprovações e autorizações necessárias à consecução de seus negócios, e operações, e realizar e observar todas as condições e restrições contidas ou impostas à **EMISSORA** por quaisquer referidas licenças, aprovações ou autorizações.

8.01.15. Tomar todas as medidas necessárias para assegurar que, durante o prazo das debêntures, haja previsão estatutária de capital autorizado em valor suficiente para a conversão das debêntures sem a necessidade de realização de Assembléia de Acionistas.

8.01.16. Solicitar o registro da subscrição das debêntures e cada investimento em **AÇÕES** efetuados pelos debenturistas portadores de debêntures da 4ª série, e bem assim respectivos dividendos a eles pagos, junto ao **Banco Central**, dentro de 30 (trinta) dias após a subscrição ou investimento, e envidar seus melhores esforços a fim de rapidamente obter os respectivos Certificados de Registro e enviar cópias autenticadas de tais Certificados aos debenturistas, tão logo tenham eles sido obtidos.

8.01.17. Não utilizar os fundos recebidos em decorrência da subscrição das debêntures da 4ª série, no reembolso ou em pagamentos em territórios de quaisquer países que não sejam membros da **International Finance Corporation ("IFC")** (exceto qualquer outro país que seja membro do **Banco Mundial**), ou para a compra de bens produzidos em ou serviços fornecidos por tais países, devendo a **EMISSORA** enviar ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** uma certidão relativa a tais condições, assinada por um representante autorizado, atestando sua validade a partir da data da primeira subscrição de debêntures, juntamente com a prova da intenção do uso dos recursos da subscrição.

8.02. A EMISSORA não poderá, exceto quando prévia e expressamente autorizada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, de acordo com a deliberação dos debenturistas:

- (a) Ressalvada tão somente a distribuição de dividendos obrigatórios por lei, declarar ou pagar quaisquer outros dividendos ou fazer a distribuição de seu capital social, ou adquirir, resgatar ou por qualquer outra forma, adquirir suas **AÇÕES**, ou qualquer opção a elas relativas, se estiver em atraso no pagamento de quaisquer valores devidos em virtude desta Escritura;
- (b) Ressalvada tão somente a distribuição de dividendos obrigatórios por lei, declarar ou pagar quaisquer outros dividendos ou fazer distribuição de seu capital, que não através do pagamento de dividendos ou distribuições em **AÇÕES**, ou adquirir, resgatar ou por qualquer outra forma adquirir quaisquer **AÇÕES** de sua emissão ou opções a elas relativas, exceto se mediante a utilização de lucros e desde que, após tal operação;
 - (i) o **Índice de Liquidez Corrente** não venha a ser inferior a: (x) 0.7, até 31.12.1995; (y) 1.0, até 30.06.1996 e (z) 1.1, de 01.07.1996 em diante; e
 - (ii) o **Índice Exigível Líquido de Longo Prazo** por Patrimônio Líquido não venha a exceder 60/40;
- (c) Incorrer em custos ou compromissos para a aquisição de ativos ou ativos não-correntes, além daqueles necessários ao reparo, substituição ou manutenção e essenciais às suas operações e negócios e ao projeto de expansão e/ou modernização de suas unidades industriais, além do valor total equivalente, em cada exercício, a US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares), durante a execução do referido projeto, e US\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares), após a conclusão desse.
- (d) Incorrer, assumir ou permitir que sejam contraídas dívidas, exceto:
 - (i) as debêntures, objeto da presente emissão;
 - (ii) dívidas de longo-prazo informadas previamente aos debenturistas, excluindo-se, porém, o seu refinanciamento ou alterações de seus respectivos prazos de vencimentos;
 - (iii) a parte do **Exigível de Curto Prazo** resultante de empréstimos, no curso normal dos negócios, junto a bancos comerciais autorizados a funcionar no País até um valor não excedente ao equivalente a US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares) por ano, sendo certo que, quando adicionado tal **Exigível de Curto prazo** às obrigações contingentes da **EMISSORA** oriundas do desconto de títulos de crédito comerciais, o **Índice de Liquidez Corrente** será de, pelo menos: (x) 0.7, até 31.12.1995; (y) 1.0, até 30.06.1996 e (z) 1.1, de 01.07.1996 em diante;
 - (iv) exigível de longo-prazo adicional junto a instituições bancárias autorizadas a funcionar no País, mas apenas se, após computado tal exigível de longo-prazo, (A) o **Índice de Longo-Prazo por Patrimônio**

Líquido não venha a exceder 60/40; e (B) o **Índice de Liquidez Corrente** não venha a ser inferior a: (x) 0.7, até 31.12.1995; (y) 1.0, até 30.06.1996 e (z) 1.1, de 01.07.1996 em diante; e

(v) dívidas incorridas no curso normal dos negócios, que não sejam oriundas de valores tomados em empréstimo.

Para os fins deste item (d), qualquer crédito de um fornecedor de bens de capital ou oriundo de compras a prestação ou negócio similar será considerado como sendo dívida não incorrida no curso normal dos negócios e somente será permitida na extensão do previsto no sub-ítem (v), acima;

- (e) participar de contrato ou acordo para afiançar, garantir, ou de qualquer modo ou sob qualquer condição, obrigar-se ou coobrigar-se pela totalidade ou parte de qualquer obrigação financeira, ou de qualquer outra natureza, de terceiros, exceto, prestar garantia ou fiança, a favor de clientes, nos contratos de venda de seus produtos, com financiamento por entidades financeiras;
- (f) criar ou permitir que sejam criados gravames sobre propriedades, receitas ou outros ativos, presentes ou futuros da **EMISSORA**, exceto:
 - (i) a garantia flutuante prevista nesta Escritura;
 - (ii) ônus (incluindo, mas sem limitação, desconto de duplicatas e alienação fiduciária) para garantir o **Exigível de Curto-Prazo** referido no artigo 8.02. (d) (iii), acima, tais ônus limitados a uma duração de 30 (trinta) dias após sua criação;
 - (iii) ônus para garantir o exigível de longo-prazo mencionado no artigo 8.02. (d) (iv);
 - (iv) qualquer ônus tributário ou estatutário, sendo certo que tal ônus deverá ter um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data de sua criação ou geração (a menos que contestado, de boa fé, pela **EMISSORA**), quando então deverá ser levantado após 30 (trinta) dias do julgamento final;
 - (v) garantias constituídas em favor do **IFC**, em decorrência dos Primeiro e Segundo Contratos de Empréstimo celebrados entre a **EMISSORA** e o **IFC**, e respectivas Cartas de Informação relativas a tais contratos, instrumentos esses datados, respectivamente, de 16.11.1993, 07.07.1995, 30.09.1993 e 12.05.1995; e, ainda, quaisquer garantias que vierem a ser futuramente constituídas em favor do **BNDES**, em decorrência de empréstimos, no valor total de até **R\$ 30.000.000,00** (trinta milhões de reais), ora presentemente sendo negociados entre o **BNDES** e a **EMISSORA**.

Para os fins deste item (f), o termo "ônus" inclui qualquer hipoteca, penhor, gravame, privilégio ou prioridade de qualquer tipo, incluindo, sem limitação, qualquer indicação de beneficiários ou acordo similar em qualquer apólice de seguros;

- (g) participar de qualquer negócio com qualquer acionista da **EMISSORA**, subsidiária ou, outra pessoa, exceto no curso normal dos negócios e em condições comerciais normais, firmar contrato de representação comercial exclusiva para compra ou venda de produtos, ou participar de qualquer negócio no qual a **EMISSORA** possa pagar mais que o preço comercial normal por qualquer compra ou receber menos que o preço "ex works" comercial (sujeito aos descontos comerciais normais) por seus produtos;
- (h) participar de associação, sociedade em conta de participação ou contrato com pagamento de **royalties** (incluindo, mas não se limitando a, partes beneficiárias) ou outros acordos similares, pelos quais as receitas ou lucros da **EMISSORA** sejam ou possam ser divididos com quaisquer terceiros, ou participar de qualquer contrato de gerenciamento ou acordo similar, pelo qual seus negócios e operações passem a ser geridos por terceiros;
- (i) constituir **Subsidiárias**, exceto para ampliar a comercialização de seus produtos no exterior e desde que com a prévia e expressa anuência do **IFC**, fazer ou permitir que existam empréstimos ou adiantamentos para, ou depósitos (exceto depósitos em bancos comerciais no curso normal dos negócios) com terceiros ou investimentos em terceiros exceto:
- (i) quando autorizado pelas leis do Brasil como forma alternativa de pagamento de tributos (ou para reduzir substancialmente os valores de tais tributos); ou
 - (ii) investimentos em títulos negociáveis de curto-prazo adquiridos pela **EMISSORA** apenas para a aplicação temporária de recursos ociosos;
- (j) alterar seu estatuto, exceto no que se refere à correção monetária e, desde que por imposição legal, seu exercício social, alterar a natureza de seus atuais objetivos sociais e operações ou realizar operações fora de seu objeto social, vender, transferir, alugar ou de qualquer outro modo desfazer-se de todo ou parte substancial de seus bens de capital, pertencentes ao seu ativo permanente (seja em um único negócio ou em uma série de negócios, relacionados ou não), ou obrigar-se a, ou permitir, qualquer fusão, incorporação ou reorganização societária;
- (k) efetuar pagamento antecipado (seja voluntário ou involuntário) ou pré-pagar qualquer de seu **Exigível de Longo-Prazo** (que não as debêntures) ou fazer qualquer pagamento de quaisquer de tais dívidas de acordo com qualquer cláusula de qualquer contrato ou título que disponha sobre o vencimento antecipado no tempo ou em valor, a menos que, em tal caso, e se assim solicitado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, efetue simultaneamente o pagamento antecipado ou o pagamento do valor principal então devido das debêntures.
- (l) participar de qualquer acordo ou contrato (incluindo, mas não se limitando a, arrendamento mercantil e locação) para adquirir, por locação, o uso de qualquer propriedade ou equipamento de qualquer natureza, se o valor total a ser pago pela **EMISSORA** a título de aluguel,

de acordo com tais contratos de locação, exceder o equivalente, em cada exercício social, a US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares).

- 8.03. A **EMISSORA** não poderá, durante o prazo das debêntures, efetuar distribuições (através de declaração de dividendos não obrigatórios, redução de capital, resgate de **AÇÕES** ou por qualquer outro modo) a seus acionistas, em dinheiro ou em outros ativos, com vistas à uma reorganização ou recapitalização, a menos que convoque a Assembléia dos Acionistas para decidir sobre tal distribuição 2 (duas) semanas antes da realização da Assembléia, informando ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** sobre a convocação efetuada, devendo este transmitir imediatamente tal informação aos debenturistas, de modo a permitir aos mesmos, prazo suficiente para exercer sua Opção de Conversão, antes da data fixada pela **EMISSORA** para a determinação de quais acionistas terão direito a receber a distribuição.
- 8.04. No caso de desejar a **EMISSORA**, durante a vigência da **Opção de Conversão**, realizar nova emissão de ações (ou outorgar opções de subscrição de novas ações) diferentes das **AÇÕES** a serem adquiridas através de **Opção de Conversão** ou, ainda realizar nova emissão de debêntures conversíveis em ações diferentes das **AÇÕES** a serem adquiridas através da **Opção de Conversão**, ficarão referidas emissões ou outorga de opção para subscrição de novas ações, conforme o caso, até a Data de Fechamento, condicionadas à efetiva outorga pelos acionistas controladores da **EMISSORA** aos debenturistas, do direito de adquirirem ou subscreverem conjuntamente com os demais acionistas da **EMISSORA**, tais novas ações, debêntures conversíveis em ações ou, conforme o caso, idênticos direitos de opção para subscrição de novas ações, nos mesmos termos e condições oferecidos aos demais acionistas. Para fins do acima disposto, cada acionista controlador da **EMISSORA** renunciará a favor dos debenturistas (em uma parte proporcional à participação acionária detida por tal acionista no capital da **EMISSORA**, conforme evidenciado nos livros e registros de participação acionária da **EMISSORA** no último dia útil do mês imediatamente anterior à data de aquisição do direito de subscrição de tais opções, debêntures conversíveis em ações ou exercícios de opção de subscrição, conforme seja o caso) os direitos que lhe couberem na subscrição de tais novas ações, debêntures conversíveis em ações ou opções de subscrição, conforme seja o caso. Se decidirem os debenturistas subscrever tais novas ações, debêntures conversíveis em ações ou exercer tal opção de subscrição (conforme seja o caso), tal subscrição ou exercício será efetuado sem prejuízo da **Opção de Conversão** conferida aos debenturistas nos termos deste instrumento.
- 8.05. Antes da amortização ou da conversão de todas as debêntures, a **EMISSORA** não poderá, em nenhum momento, sem a prévia aprovação de debenturistas que representem no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) das debêntures de cada séries em circulação, na forma do disposto no artigo 12.07 deste instrumento, reunidos em assembléia especialmente convocada para tal fim:
- (i) prejudicar, derrogar ou mudar os direitos conferidos pelas **AÇÕES** ou;
 - (ii) tomar qualquer medida, por alteração de seu Estatuto Social ou através de reorganização, fusão, incorporação ou venda de ativos ou por qualquer outro modo, que possa vir a resultar aos debenturistas, após a **Opção de Conversão**, em desvantagem com relação aos demais acionistas.

8.06. A **EMISSORA**, independentemente de imunidades fiscais atribuídas pelas leis brasileiras a quaisquer debenturistas, deverá pagar todos os impostos, taxas, emolumentos e outras obrigações tributárias, e despesas presentes e futuras, cobradas pelas autoridades fiscais federais ou municipais ou por qualquer organismo internacional do qual o Brasil seja membro, devidas em virtude da lavratura e registro desta Escritura ou incidentes sobre as debêntures e esta Escritura. Todos os pagamentos de principal, juros e outros valores devidos a tais debenturistas que gozem de imunidades fiscais em virtude das debêntures e desta Escritura deverão ser feitos sem a dedução de quaisquer de tais impostos, taxas e outras obrigações tributárias, sendo certo, porém, que se a **EMISSORA** for obrigada, por força de lei, a efetuar ou providenciar o pagamento de tais impostos, taxas ou outras obrigações tributárias, o valor principal ou juros ou outros valores devidos em virtude das debêntures ou desta Escritura, conforme seja o caso, deverão ser aumentados de tal forma que tais debenturistas venham a receber, após as deduções, o mesmo valor que receberiam se estas não tivessem sido efetuadas.

IX - DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.01. A **EMISSORA** declara e garante o quanto segue:

- (a) que é uma Sociedade por **AÇÕES** devidamente constituída de acordo com as leis brasileiras e que possui todos os poderes para conduzir os negócios, objeto da presente, e assinar esta Escritura;
- (b) que as debêntures e esta Escritura foram por ela devidamente autorizadas e executadas, constituindo obrigações válidas, de acordo com seus termos;
- (c) que a emissão das debêntures, a lavratura desta Escritura, ou seu cumprimento em seus estritos termos não:
 - (i) conflitarão com, ou resultarão em violação de qualquer outra obrigação da **EMISSORA**, exceto as existentes junto ao **BNDES** e **IFC**;
 - (ii) constituirão inadimplemento de quaisquer de suas obrigações;
 - (iii) necessitarão de qualquer aprovação por parte de terceiros, exceto do **BNDES** e **IFC**, ou;
 - (iv) constituirão violação de qualquer dos termos e dispositivos do seu Estatuto Social ou de qualquer julgamento ou sentença ou, de qualquer determinação ou regulamento à ela aplicável, e;
- (d) que, após a subscrição das debêntures:
 - (i) o **Índice Exigível de Longo Prazo por Patrimônio Líquido** não excederá a 60/40; e
 - (ii) o **Índice de Liquidez Corrente** não será inferior a (x) 0.7, até 31.12.1995; (y) 1.0, até 30.06.1996 e (z) 1.1, de 01.07.1996 em diante; o cálculo de tais índices deverá ser feito com base em informações que,

por solicitação do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, sejam verificadas pelos auditores da **EMISSORA**.

9.02. A **EMISSORA** igualmente garante e declara que, na presente data:

- (a) seu capital, tal como aprovado pela AGE de 30.11.1995, é de R\$ 48.687.953,02 (quarenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, novecentos e cinquenta e três reais e dois centavos), representado por 168.442.891.640 (cento e sessenta e oito bilhões, quatrocentos e quarenta e dois milhões, oitocentos e noventa e uma mil e seiscentos e quarenta) **AÇÕES** nominativas, sem valor nominal, sendo: 56.327.244.006 **AÇÕES** ordinárias e 112.115.647.634 **AÇÕES** preferenciais;
- (b) não emitiu ou contratou a emissão de qualquer opção ou outros direitos de compra de quaisquer **AÇÕES** de sua emissão, através de partes beneficiárias, debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários conversíveis em quaisquer de tais **AÇÕES** exceto, como referido nos artigos 8.02 "b" e 8.02 "j" e como exigido pela lei, no sentido de considerar a inflação e a conseqüente correção monetária de seu capital social.

9.03. A **EMISSORA** reconhece que efetuou as declarações dos artigos 8.01 e 8.02 com a intenção de induzir os debenturistas a subscrever e pagar por tais debêntures, com base nas referidas declarações e de acordo com os seus termos. A **EMISSORA** garante aos debenturistas que cada uma das declarações é verdadeira, em todos os seus aspectos, na data da presente **ESCRITURA** e que nenhuma delas deixa de revelar qualquer aspecto, cuja omissão a torne falsa.

9.04. Os direitos e ações dos debenturistas com relação a qualquer declaração falsa ou quebra de garantia por parte da **EMISSORA** não serão prejudicados por qualquer investigação, realizada por ou em nome dos debenturistas, nos negócios da **EMISSORA**, pela emissão das debêntures e lavratura desta Escritura ou qualquer outro ato ou providência que possam ser realizados por ou em nome dos debenturistas com relação às debêntures e esta Escritura.

X - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.01. A **EMISSORA** nomeia e constitui como **AGENTE FIDUCIÁRIO** da emissão objeto da presente Escritura, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, qualificada no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, a **EMISSORA**, a comunhão dos titulares das debêntures.

10.02. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

- (a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é confiada;
- (b) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

- (c) aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições; e
- (d) não ter qualquer ligação com a **EMISSORA** que o impeça de exercer plenamente suas funções.

10.03. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua alteração, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

10.04. Será devido pela **EMISSORA** ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) Parcelas semestrais de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais), vencíveis em 01 de junho e 01 de dezembro de cada ano, sendo a primeira em 01.12.1995 e a última no vencimento da emissão, calculada "pro rata temporis" pelo tempo de vigência da emissão, se necessário.
- (b) 01 (uma) parcela de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais), vencível 5 (cinco) dias, após a assinatura da presente escritura.
- (1) As parcelas previstas nos itens "a" e "b" serão atualizadas pela variação acumulada da TR, ou na falta desta, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo índice de atualização da Base de Remuneração da debêntures, a partir de **01.12.1995** até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas "pro-rata" dia se necessário.
- (2) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, a serem cobertas pela **EMISSORA**.
- (3) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela **EMISSORA**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da **EMISSORA** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias.
- (4) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na presente escritura de emissão.
- (5) As remunerações serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração

Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

10.05. A **EMISSORA** ressarcirá o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, de todas as despesas em que tenha este último comprovante incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

10.05.1. O ressarcimento a que se refere o artigo 10.05 será efetuado imediatamente após a entrega à **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente realizadas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.

10.05.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive:

- (a) publicações de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre estados da federação ou fora dela e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais, principalmente no que se refere à proteção ambiental brasileira, Diretrizes de Meio-Ambiente, Segurança e Saúde do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial) e aos seguros contratados pela **EMISSORA**, conforme previsto nos artigos 8.01.11 e 8.01.8 deste instrumento ou perícias que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

10.05.3. O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do artigo 10.05.1, acima, será acrescido à dívida da **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

10.06. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo, da **CVM** e nesta Escritura constituem deveres e atribuições do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- (a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existente, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;
- (h) verificar a regularidade da constituição das garantias flutuantes, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, inclusive no que se refere aos seguros contratados pela **EMISSORA**, em obediência ao disposto no artigo 8.01.11 deste instrumento, sendo-lhe facultado contratar para tal fim serviços de instituições habilitadas à verificação das ocorrências aqui descritas;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **EMISSORA**;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;
- (k) examinar, quando puder ser exercido o direito à conversão de debêntures em **AÇÕES**, a alteração do Estatuto Social da **EMISSORA** que objetive mudar o objeto da companhia ou criar **AÇÕES** preferenciais ou modificar as vantagens das existentes, em prejuízo das **AÇÕES**, cumprindo-lhe (i) convocar Assembléia Especial dos Debenturistas para deliberar a matéria, ou (ii) aprovar, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 57, da Lei 6.404/76, a alteração proposta;
- (l) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, respeitado o disposto no artigo 12.7 deste instrumento, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos nos quais a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações. Os debenturistas detentores das debêntures da 4ª série deverão ser convocados por meio de carta registrada ou telex enviado com antecedência no mínimo, idêntica a estabelecida pela legislação brasileira para convocação de assembléia geral;
- (m) comparecer à Assembléia dos Debenturistas afim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (n) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

- (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMISSORA**;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 - (v) amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**;
 - (vi) constituição e aplicação ao do Fundo de Amortização de Debêntures, quando for o caso;
 - (vii) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;
 - (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (ix) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento;
 - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**;
 - (x) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures.
- (o) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da **EMISSORA**;
 - (ii) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - (v) nas instituições financeiras que lideram a colocação das debêntures;

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá enviar cópia de tal relatório àqueles debenturistas estrangeiros que detenham, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) das debêntures da 4ª série nos endereços que constarem de seu registro;

- (p) publicar, nos órgãos de imprensa em que a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados nos sub-itens "o" acima;
- (q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à **EMISSORA** e à instituição de serviços de debêntures escriturais;
- (r) coordenar eventuais sorteios das debêntures a serem resgatadas parcialmente;
- (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste Instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (t) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela **EMISSORA** de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:
 - (i) à CVM;
 - (ii) às Bolsas de Valores, quando for o caso;
- (u) assegurar a negociação das debêntures da 4ª série desta emissão, seja feita exclusivamente por e entre investidores não residentes e não domiciliados no país.

10.07. O AGENTE FIDUCIÁRIO, após decisão da Assembléia de Debenturistas, obedecido o "quorum" de deliberação previsto no artigo 12.7 deste instrumento, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios conforme os termos da cláusula XI;
- (b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
- (c) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**;
- (d) executar as garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional aos debenturistas; e
- (e) requerer a falência da **EMISSORA** se não mais existirem garantias.

10.07.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista no item (a) acima na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura, especialmente no que se refere a ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas na cláusula XI abaixo.

10.07.2. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (a), (b), (d) e (e) do artigo 10.07, se, a Assembléia dos Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures, bastando porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das debêntures, quando tal hipótese disser respeito ao disposto no item (c) desse mesmo artigo.

10.07.3. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a **EMISSORA** deverá pagar (em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas debêntures) honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

10.08. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, uma Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **AGENTE FIDUCIÁRIO** a ser substituído, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem, no mínimo 10 % (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à **EMISSORA** efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**. A substituição não implicará em remuneração superior à ora avençada.

10.08.1. Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

10.08.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

10.08.03. Em qualquer hipótese, a substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM nº 28, de 23 de outubro de 1983, e normas posteriores.

10.08.4. A substituição, em caráter permanente, do **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá ser objeto de aditamento à Escritura de emissão, devendo este ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada esta Escritura.

10.08.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas e preceitos a este respeito por ato da CVM.

XI. DO VENCIMENTO ANTECIPADO

11.01. Verificando-se a ocorrência de um ou mais dos eventos a seguir exemplificativamente relacionados (os "**Eventos de Resilição**"), independentemente de culpa ou dolo da

EMISSORA, ou, ainda de terem sido causados em decorrência de lei, regulamento, ordem ou decreto, poderá o **AGENTE FIDUCIÁRIO** declarar o principal e todos os juros devidos, relativamente a todas as debêntures (juntamente com qualquer outro valor devido ou pagável em decorrência desta Escritura), antecipadamente vencidos e exequíveis, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, e não obstante qualquer disposição desta Escritura em contrário:

- (a) falta de pagamento do principal de qualquer debênture;
- (b) falta de pagamento de quaisquer juros com relação a quaisquer debêntures, persistindo o respectivo atraso por um período de quinze (15) dias;
- (c) mora no adimplemento de qualquer obrigação da **EMISSORA** em decorrência desta Escritura (outras que não a obrigação de pagar o principal e os juros decorrentes das debêntures ou de quaisquer contratos prevendo o débito de longo prazo referido no artigo 8.02. (d) (ii), acima) e persistindo tais atrasos por um período de 30 (trinta) dias, após a competente notificação enviada à **EMISSORA** pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

Estando também entendido que, para os propósitos deste item, a falta deve ser entendida como tendo ocorrido no caso de os administradores da **EMISSORA** terem feito com que a mesma não realizasse qualquer dos fatos descritos nos artigos 3.07.3, 3.07.4, 8.01.12 e 8.02, a menos que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tenha concordado previamente com tal ato);

- (d) qualquer declaração ou garantia feita com relação à execução e lavratura desta Escritura prove ser incorreta, e assim permaneça por um período de 30 (trinta) dias, após a competente notificação enviada à **EMISSORA** pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**;
- (e) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a **EMISSORA**;
- (f) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da **EMISSORA** previstas neste instrumento;
- (g) qualquer autoridade governamental venha a condenar, nacionalizar, confiscar ou, por qualquer forma, expropriar, no todo ou em parte substancial, a propriedade ou ativos da **EMISSORA** ou seu capital social, ou assuma a custódia ou o controle de tal propriedade, ou de ativos, ou de seus negócios ou operações, ou de seu capital social, ou venha a determinar a execução de qualquer ato para a dissolução ou liquidação da **EMISSORA**, de forma a impedir a **EMISSORA** ou seus administradores de continuar seus negócios e operações ou parte substancial deles; ou qualquer autoridade governamental venha a alterar, unilateralmente, os termos e condições das debêntures, a **Opção de conversão** ou quaisquer outros termos e condições relevantes desta Escritura; ou deixe o Banco Central de registrar ou venha a posteriormente revogar ou cancelar o registro das debêntures de forma a impedir o total pagamento do principal de acordo com o artigo 3.08 desta Escritura incluindo, sem limitação, todos os dividendos devidos periodicamente pela **EMISSORA** no tocante

às **AÇÕES**, ou, ainda, venha o Banco Central, a, unilateralmente, alterar os termos e condições das debêntures, **Opção de Conversão** ou quaisquer outros termos e condições relevantes desta Escritura após a emissão do Certificado de Autorização.

- (h) venha a **EMISSORA** a ser declarada falida ou insolvente, ou a requerer (e ser deferida) concordata, ou, por qualquer forma, a entrar em acordo com seus credores suspendendo ou prorrogando o pagamento de suas dívidas, ou vir a ser indicado um interventor ou administrador para a **EMISSORA** ou parte substancial de seus ativos ou negócios; ser-lhe determinada a dissolução ou liquidação; ou a **EMISSORA** concordar com que sejam tomadas contra si quaisquer das medidas acima apontadas, ou declarar, por escrito, que não tem condições financeiras de arcar com suas obrigações.
- (i) inadimplementos com relação a quaisquer obrigações da **EMISSORA** (que não as debêntures), persistindo tal inadimplemento por um lapso de tempo superior aos respectivos períodos de carência;
- (j) deixar a **EMISSORA** de tomar todas as medidas necessárias para permitir o exercício, pelos debenturistas, da **Opção de Conversão** e subscrição, das **AÇÕES** correspondentes;
- (k) falhar a **EMISSORA** na condução ou deixar de concluir, os projetos de modernização de suas unidades industriais;
- (l) falta de atendimento pela **EMISSORA** das Diretrizes de Meio-Ambiente, Segurança e Saúde do Banco Mundial e/ou inadequação à regulamentação de proteção ambiental brasileira, não sanada em prazo razoável após a devida notificação expedida pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**; e
- (m) descumprimento de qualquer obrigação, que por força ou em decorrência da presente escritura, obrigue qualquer dos acionistas controladores da **EMISSORA**.

11.02. Se a **EMISSORA** vier a se tornar, voluntária ou involuntariamente, dissolvida, falida ou insolvente, ainda que tal falência ou insolvência estejam sujeitas à comprovação e/ou decretação, ou a requerer concordata, o principal e todos os juros acrescidos ou devidos com relação às debêntures, juntamente com quaisquer outros devidos em decorrência desta Escritura tornar-se-ão imediatamente devidos e exequíveis, não obstante qualquer disposição em contrário nesta Escritura, independentemente de aviso, protesto ou notificação de qualquer espécie, todos os quais são, neste ato, renunciados expressamente pela **EMISSORA**.

11.03. Se qualquer **Evento de Resilição** ou outro evento, que, pelo decurso do tempo ou após o decurso do prazo constante em notificação, se torne um **Evento de Resilição**, vier ocorrer, deverá a **EMISSORA** a, imediatamente, dar conhecimento de tal ocorrência ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, por telex, especificando o Evento e informando quais as medidas que estão sendo tomadas para resolvê-lo.

- 11.04. O não exercício ou atraso no exercício de qualquer direito ou ação por parte do **AGENTE FIDUCIÁRIO** diante da ocorrência de qualquer inadimplemento da **EMISSIONA**, não impedirá o exercício de tal direito ou ação ou constituirá novação ou concordância com esse inadimplemento ou com outro que venha a ocorrer posteriormente.

XII. DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 12.01. Os titulares das debêntures de que trata esta Escritura poderão a qualquer tempo, reunir-se em assembléia Especial a fim de deliberarem sobre matérias de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 12.02. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSIONA**, por debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela **CVM**.
- 12.03. Aplicar-se á à Assembléia dos Debenturista, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.
- 12.04. A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo , das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela **CVM**.
- 12.05. Na hipótese da Assembléia não ter sido convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, deverá esse a ela deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 12.06. Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.
- 12.07. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento, nas quais se incluem o disposto nos artigos 8.05. e 10.07. supra, dependerá da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo e isoladamente, 3/4 (três quartos) das debêntures de cada uma das séries, de forma que as deliberações dos debenturistas de uma determinada série não obriguem ou vinculem os debenturistas de outra(s) série(s).
- 12.07.1. Para efeito da constituição do **quorum** a que se refere o artigo 12.07 serão excluídas do número de debêntures de cada série, as que a **EMISSIONA** possuir em carteira.

XIII. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.01. Não se presumirá a renúncia a quaisquer direitos decorrentes da presente Escritura, ainda que não venham, em qualquer ocasião, a ser exercidos.

13.02. Fica eleito o foro principal da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

Estando assim certos e ajustados, firmam esta Escritura em 07 (sete) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Chapecó, 04 de dezembro de 1995

EMISSORA:


S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ

AGENTE FIDUCIÁRIO:


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

189 Ofício de Notas - BARRA - Notário: LUIS VITORIANO VIEIRA TEIXEIRA
Av. Armando Lombardi, 949 lj 218/RJ - Tel. 493-1320 - Nº 57141
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) : #
MAURO SERGIO DE OLIVEIRA 96/80, #=====

Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 1995 as 11:23:27
Em Testemunho _____ da ver
JORGE FONSECA - Notário Subst - HIA - 1
===== -35,2 - P/Fixa 0,004 - P/Proc. Dads 0,04 - Total R\$1

189 OFÍCIO DE NOTAS
subins L PARRA DA TIJUCA

JORGE FONSECA
Tch. Substituto - Matr. IPRJ 05/0712
Av. Armando Lombardi, 949 Sala 218
Tel. 493-1320

REGISTRO DE IMÓVEIS - CERTIDÃO

L. 1 - Protocolo Nº. 103.897
L. 2 - Matrícula(s) Nº. _____
L. 2 - Registro(s) Nº. _____
L. 3 - Registro(s) Nº. 16.818
AV. Nº.(s) _____

Data, 13/12/1995.


Maria Lúcia

